

EMILE DURKHEIM: A SOCIOLOGIA COMO CIÊNCIA E A EDUCAÇÃO COMO PROCESSO SOCIAL

EMILE DURKHEIM: SOCIOLOGY AS A SCIENCE AND EDUCATION AS A SOCIAL PROCESS

Ediano Dionisio do PRADO

*Docente no Instituto Federal do Sul de Minas – IFSULDEMINAS \ Campus Inconfidentes
Doutorando em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.*

RESUMO

O presente artigo aborda aspectos relevantes da obra de Emile Durkheim, sobretudo no campo educacional. Representante de leitura clássica dos estudos sociológicos, o autor prioriza a relação entre a sociedade e o indivíduo, afirmando a preeminência da primeira sobre o segundo. É a compreensão da natureza da sociedade que possibilita o desnudamento da educação, da religião, do suicídio, da organização do trabalho, etc., como fatos sociais, como fenômenos eminentemente sociais. Alicerçada na obra durkehimiana, a revisão conclui que o sociólogo alargou os horizontes da sociologia, enriqueceu as discussões sobre a natureza e os fins da educação e norteou teorias pedagógicas.

Palavras-chave: Anomia; Educação; Fatos sociais; Sociologia; Socialização

ABSTRACT

This article addresses relevant aspects of Emile Durkheim's work, especially in the educational field. Representative of a classic reading of sociological studies, the author prioritizes the relationship between society and the individual, affirming the preeminence of the former over the latter. It is the understanding of the nature of society that makes possible the undressing of education, religion, suicide, work organization, etc., as social facts, as eminently social phenomena. Based on Durkehim's work, the review concludes that the sociologist broadened the horizons of sociology, enriched discussions about the nature and purposes of education and guided pedagogical theories.

Keywords: Anomy; Education; Social facts; Sociology; Socialization

Recebimento dos originais: 04/01/2022.

Aceitação para publicação: 11/03/2022.

INTRODUÇÃO

A compreensão do processo educacional, da escola e dos atos de aprender e ensinar e de aprender a ensinar passa, necessariamente, pela compreensão da sociedade. Isto porque a educação é um processo social. Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na Igreja, ou na escola, de um modo ou de muitos todos, nós envolvemos pedaços da vida com ela. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação (BRANDÃO, 2007).

O processo de educar não é o mesmo em todas as sociedades e grupos sociais. A educação deve ser considerada dentro da estrutura do grupo e dos seus objetivos. Como afirma o educador Carlos Rodrigues Brandão (2007), “não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”. Em mundos diversos a educação existe diferente: a educação nas sociedades tribais é diferente da educação das comunidades agrícolas ou das sociedades urbanizadas e industrializadas.

Existe a educação de cada categoria de sujeitos de um povo; ela existe em cada povo ou entre povos que se encontram. Isto porque o objetivo ou o ideal supremo da educação seria “modelar”, “moldar” o indivíduo dentro dos valores do grupo social: educá-lo para viver naquela sociedade específica, respeitando seus valores e professando suas crenças. Assim, o ideal da educação é reproduzir uma ordem social idealmente concebida como perfeita e necessária, através da transmissão de geração a geração, das crenças, valores e habilidades que tornam um homem tão mais perfeito quanto mais preparado para viver a sociedade a que serve (DURKHEIM, 1975).

A compreensão dos objetivos e dos processos da educação, portanto, não pode estar desvinculada da compreensão da própria sociedade: sua estrutura, seus valores, suas crenças, seus objetivos. A ciência ou disciplina que explica o social, o homem em suas relações e interações, é a sociologia. A sociologia é uma ciência moderna, nascida para analisar a sociedade moderna e, neste sentido, muito importante para a compreensão do processo educacional, pois encara a escola, o ensino e a aprendizagem como partes da totalidade social. Daí a relevância da sociologia da educação e da exploração da obra durkeiminiana.

Mas para entender o processo educacional na sociedade capitalista moderna enquanto processo social urge delinear outros aspectos do pensamento de Émile Durkheim. Sistematizador da sociologia como ciência, Durkheim legou ao pensamento sociológico e educacional a perspectiva analítica da intricada conexão entre todos os setores do organismo social - educação, família, Estado, religião, organização do trabalho, suicídio, leis, etc., bem como do primado do social sobre o individual.

Com a finalidade de esboçar uma análise da obra durkeiminiana, da constituição da sociologia como ciência e da reflexão sobre educação, o presente material encontra-se organizado em ___ partes: 1ª) breve apresentação da emergência da sociologia; 2ª) exploração dos principais pontos da obra durkeiminiana; 3ª) exposição dos principais preceitos da obra Educação e Sociologia; 4ª) conclusão.

MATERIAIS E MÉTODOS

O artigo possui natureza descritiva, envolvendo, na sua construção, o levantamento e a leitura de obras de autores estrangeiros e nacionais que abordaram o pensamento e a vida de Emile

Durkheim. A triagem das obras orientou-se pelos seguintes aspectos: a) a pertinência e a possibilidade de dados para um contato com as ideias do autor em questão; b) a existência das mesmas no idioma português. Além das obras de comentaristas, foram pesquisadas e citadas obras do próprio autor, todas com tradução em português. O universo de pesquisa, leitura e citação consta de 15 obras e quatro artigos científicos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A sociologia e a sociedade industrial: Émile Durkheim e a sociologia como ciência

A compreensão da constituição da sociologia como ciência envolve, indiscutivelmente, a consideração de situações sociais radicalmente novas, criadas pela nascente sociedade capitalista. Nos séculos XVIII e XIX, dois processos revolucionários – a Revolução Francesa e a Revolução Industrial – modificam radicalmente a estrutura econômica, social, política e cultural da Europa ocidental. Esses processos promovem o esboroamento da ordem feudal, de seus costumes, valores e instituições. Por outro lado, introduzem novas formas de organizar a vida, promovem o surgimento de novos atores sociais e de novas problemáticas: industrialização e urbanização marcadas por conflitos entre camadas sociais trabalhadoras e proprietárias dos meios de produção (ARON, 1990; MARTINS, 1994). As profundas transformações da contemporaneidade tiveram reflexo direto sobre todos os setores da vida social, incluindo os sistemas educacionais; foram frequentes os ataques pedagógicos ao sistema educacional tradicional e a defesa de sistemas pedagógicos liberais, centrados no indivíduo.

Essas modificações produzem novas realidades para os homens da época. Realidades tão visíveis quanto trágicas. Realidades profundas que geram inquietação, angústia, pois solapam os valores que orientavam a vida dos sujeitos (BERMAN, 1986). Foi nessa atmosfera de aturdimento psíquico, de embriaguez, de agitação e turbulência, que se tornou nítida a necessidade de alçar a sociedade à condição de objeto de análise. A sociedade emerge como *problema*, como *objeto* a ser investigado.

Nesse sentido, a sociologia constitui, em certa medida, uma resposta intelectual às novas situações apresentadas pela sociedade capitalista industrial. A sociologia apresenta-se como um projeto de análise, compreensão e, por vezes, modificação da sociedade industrial. O fato de a sociedade capitalista mostrar-se cindida por interesses classistas diferentes e antagônicos influi decisivamente na definição do objeto da disciplina para cada um dos grupos sociais. Assim, várias correntes sociológicas surgem, expressando cada qual o posicionamento de um grupo social quanto à valorização ou negação da sociedade industrial.

Dois grandes nomes do pensamento sociológico clássico comungaram a preocupação com a consolidação da sociologia como ciência e com a ordenação social: Augusto Comte (2021; s/d) e Émile Durkheim. O segundo autor consolidou um vasto sistema de pensamento sociológico que o gabaritou, junto a Marx e Weber, marcar indelevelmente os parâmetros da ciência da sociedade.

Durkheim (1858 – 1917) nasceu em Epinal, na Alsácia, descendente de uma família de rabinos. Iniciou seus estudos filosóficos na Escola Superior de Paris, indo depois para a Alemanha. Lecionou sociologia em Bordéus, primeira cátedra dessa ciência criada na França. Transferiu-se em 1902 para Sorbonne, para onde levou inúmeros cientistas, reunindo-os num grupo que ficou conhecido como escola sociológica francesa. Suas principais obras foram: *Da divisão do trabalho social*, *As regras do método sociológico*, *O suicídio*, *Formas elementares da vida religiosa*, *Educação e sociologia*.

Durkheim pertence à posteridade de Augusto Comte e foi o principal herdeiro da sociologia positivista, tornando-se um de seus primeiros grandes teóricos e sistematizadores, além de colocar no centro da sua reflexão a necessidade do consenso social. Na apreciação de Aron (1990), três características afloram na produção sociológica de Durkheim:

1. Esforço sistemático para estabelecer o objeto de estudo da sociologia, assim como indicar o seu método de investigação;
2. Preocupação com a reordenação moral da sociedade da época: a questão da ordem como preocupação constante;
3. A preponderância da totalidade social em relação aos indivíduos.

Os fatos sociais: objeto de estudo da sociologia

Durkheim deu continuidade ao projeto positivista de desenvolvimento de uma ciência da sociedade. Esforçou-se por emancipar a sociologia das demais teorias sobre a sociedade e constituí-la como disciplina rigorosamente científica. Isso só pôde acontecer quando um novo objeto, diferente do das demais ciências, é definido para a sociologia, bem como os métodos para analisá-lo.

A definição do objeto e a proposição da metodologia sociológica, por Durkheim, ocorrem em oposição à psicologia, também em desenvolvimento na mesma época. Preocupado em mostrar que o social não é a somatória dos indivíduos, o herdeiro de Comte define o *fato social* e apresenta suas características:

“Eis portanto uma ordem de fatos que apresentam características muito especiais: consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem a ele” (DURKHEIM, 2007, p. 3).

“É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente de suas manifestações individuais”(DURKHEIM, 2007,p. 12).

Os *fatos sociais* se definem contrapondo-se aos fatos individuais, e deveriam, em sua visão, ser considerados como coisas: “A primeira regra e a mais fundamental consiste em *considerar os fatos sociais como coisas*” (DURKHEIM, 2007, p. 13). Os *fatos sociais* são “pois o domínio próprio da sociologia”. Não se confundem com os fenômenos orgânicos, pois consistem em representações e ações; nem com os fenômenos psíquicos, que não existem senão na consciência individual e por meio dela:

“No entanto, os fenômenos sociais são coisas e devem ser tratados como coisas. Para demonstrar esta proposição não é necessário filosofar sobre sua natureza, discutir as analogias que apresentam com os fenômenos dos reinos inferiores. Basta constar que são eles o único *datum* oferecido aos sociólogos. É coisa, com efeito, tudo o que é dado, tudo que se oferece ou, melhor, se impõe à observação. Tratar fenômenos como coisas, é tratá-los na qualidade de *data* que constituem o ponto de partida da ciência. Os fenômenos sociais apresentam incontestavelmente esse caráter (DURKHEIM, 2007, p. 28).

Uma vez caracterizado o *fato social*, Durkheim procede à definição de uma metodologia. Esta metodologia adota uma série de atos para alcançar a objetividade científica:

1. *Distanciamento e neutralidade*: o pesquisador deve manter uma distância em relação ao objeto estudado, podendo abordá-lo do exterior;
2. *Abandono das pré-noções*: o sociólogo deve deixar de lado seus valores, sentimentos e preconceitos em relação ao acontecimento a ser estudado sob pena de distorcer a realidade dos fatos;
3. *Refutar as teorias já existentes*: estudar as teorias que já trabalharam sobre o assunto, no intento de superá-las;
4. Encarar os *fatos sociais* como *coisas*: os fatos sociais devem ser medidos, observados e comparados independentemente do que os indivíduos envolvidos pensassem a seu respeito;
5. *Comparação*: a sociologia deve ter o objetivo de comparar as diversas sociedades ou a ocorrência do *fato social* nas mesmas. A comparação, como veremos, foi de fundamental importância na construção da definição de educação.

Imbuído dos princípios positivistas, Durkheim queria com esse rigor definir a sociologia como ciência, superando o domínio da especulação. No contexto em que, segundo ele, os sociólogos nada mais faziam do que análise ideológica, preponderando a arte sobre a ciência e as prenoções sobre os conceitos científicos, era imperioso envidar esforços no sentido de tomar precauções com a observação dos fatos e estabelecimento das regras que devem presidir à administração das provas. Dois corolários são ressaltados em sua proposta: a) os *fatos sociais* devem ser tomados como *coisas*¹, e; b) é preciso afastar sistematicamente todas as prenoções. Nos dizeres do autor: “É preciso, portanto, considerar os fenômenos sociais em si mesmos, separados dos sujeitos que os concebem, é preciso estudá-los de fora, como coisas exteriores, pois é nessa qualidade que se apresentam a nós.” (DURKHEIM, 2007, p. 28).

Em sua apreensão da sociologia durkeimiana, Freund (2000) pondera que a obra *As Regras do Método Sociológico* lançou os fundamentos de uma sociologia entendida como ciência positiva e autônoma, independente de qualquer hipótese metafísica e de qualquer predileção escatológica. Durkheim foi o “teórico da sociologia científica, mesmo que na prática tenha sido infiel à sua distinção entre o julgamento de realidade e julgamento de valor” (FREUND, 2000, p. 14).

A sociedade como objeto de análise, como fato social, apresenta algumas características, assim elencadas: 1) Anterioridade; 2) Exterioridade; 3) Superioridade; 4) Coercividade; 5) Generalidade; 6) Especificidade; 7) Irredutibilidade². Exemplos de fatos sociais: direito, religião, suicídio, crime, casamento, grupos de parentesco, etc.

¹Na análise de Giddens (2005, p. 510), Durkheim primava que a vida social podia ser analisada tão rigorosamente como os objetos ou eventos da natureza. Todavia, “estudar os seres humanos, no entanto, é diferente de observar os acontecimentos no mundo físico, e a sociologia não deve ser imediatamente vista como uma ciência natural”. Não obstante as premissas comteanas e durkeimianas, uma ampla discussão norteou o desenvolvimento das ciências sociais: o problema da objetividade, decorrente do fato do objeto e do sujeito serem o próprio social (o homem como um produtor de culturas, de sociedades). O liame entre a sociologia e o seu tema é necessariamente diferente da relação entre os cientistas naturais e o mundo físico.

²De maneira sucinta podemos definir: 1) Anterioridade: a sociedade é anterior ao indivíduo. Estes nascem, vivem e morrem, mas a sociedade permanece. Não se trata de uma anterioridade histórica, mas lógica; 2) Exterioridade: O social não se reduz à soma dos indivíduos, mas tem uma lógica própria, independente dos indivíduos que o compõem. Ou seja, os indivíduos não nascem seres sociais, precisam tornar-se seres sociais introjando os valores existentes na sociedade. O indivíduo precisa aprender a vida social (valores, normas)

Os *atos sociais* são anteriores ao indivíduo, pois não foi ele quem os criou. E existem antes dele, porque existem fora dele. Apresentam a propriedade de existir fora das consciências sociais. Porém, as maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, são dotadas de um poder de coerção em virtude da qual se lhe impõem. Exercem uma coerção sobre o indivíduo. A coerção constitui caráter intrínseco dos *atos sociais*. A coerção pode ser violenta (repressiva) ou indireta, se manifesta toda vez que o indivíduo transgredir ou tenta resistir às regras, valores e normas prezadas pela sociedade. As sanções podem ser legais (prescritas por lei) ou espontâneas. As punições podem ser físicas ou morais. No parecer de Durkheim, o poder moral da sociedade apresenta-se incontestável:

“Mas na realidade, o domínio que ela exerce sobre as consciências vincula-se muito menos à supremacia física de que tem o privilégio do que à autoridade moral de que está investida. Se nos submetemos às suas ordens, não é simplesmente porque está armada de maneira a triunfar das nossas resistências, é, antes, porque constitui objeto de autêntico respeito” (DURKHEIM, 2001, p. 261).

A irreduzibilidade do social: predomínio da sociedade sobre o indivíduo

A relação entre indivíduo e sociedade ocupa um posto relevante na obra de Durkheim. O autor explicita a tese de que os *atos sociais* são gerais na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possam ter. Eles são irreduzíveis à somatória dos membros de uma coletividade. A irreduzibilidade do social ao individual relativiza a apreciação do sujeito individual como agente da história. A sociedade apresenta leis próprias, uma dinâmica que envolve suas partículas. Determinados aparelhos ou sistemas sociais desempenham papel relevante na extensão e capilaridade do processo de socialização dos indivíduos: moral, educação, direito, estado, família, religião, etc.

As manifestações que maculam a sacralidade das regras, normas, valores e costumes do coletivo são abarcadas por penalidades:

“A sociedade também não pode abandonar as categorias ao livre arbítrio dos particulares sem se abandonar a si própria. Para poder subsistir ela não tem apenas a necessidade de suficiente conformismo moral; há um mínimo de conformismo lógico que ela também não pode dispensar. Por essa razão, ela pesa com toda a sua autoridade sobre os seus membros a fim de prevenir as dissidências. (...) É por isso que, quando procuramos nos libertar dessas noções fundamentais, ainda que seja no nosso íntimo, sentimos que não somos completamente livres, que alguma coisa nos prende, em nós e fora de nós. Fora de nós há a opinião que nos julga; mas além disso, como a sociedade está também representada em nós, ela se opõe do interior de nós mesmos a essas veleidades revolucionárias (...). É a própria autoridade da

para poder viver em sociedade; 3) Superioridade: os fatos sociais existem e atuam sobre o indivíduo independentemente de sua vontade ou de sua adesão consciente. Nesse sentido são superiores ao indivíduo; 4) Coercividade: a força que os fatos sociais exercem sobre os indivíduos, levando-os a conformar-se às regras da sociedade em que vivem, independentemente de sua vontade ou escolha. As pessoas, portanto, são pressionadas à obediência das regras da sociedade; 5) Generalidade: um fato social é geral porque é coletivo e sua ocorrência é verificada em várias sociedades.; 6) Especificidade: o fato social é algo *sui generis*. Deve ser compreendido na sua singularidade; 7) Irreduzibilidade: o fato social não é redutível aos indivíduos. Não se reduz ao aglomerado de elementos individuais, estando, todavia, interiorizado em cada um deles.

sociedade que se estende a determinadas maneiras de pensar, que são como que as condições indispensáveis de toda a ação comum” (DURKHEIM, 2001, p. 46, 47).

A sociologia precisa considerar os fenômenos sociais em si mesmos, destacados dos indivíduos conscientes que formulam representações a seu respeito. É necessário estudá-los de fora, como coisas exteriores, pois é nessa qualidade que se apresentam ao cientista social. O objeto da sociologia, portanto, é o que Durkheim denomina de *consciência coletiva*, formas padronizadas de conduta e pensamento que independem daquilo que pensa e faz cada indivíduo em particular³.

Embora todos possuam sua *consciência individual*, seu modo próprio de comportamento e interpretação da vida, pode-se notar, no interior de qualquer grupo ou sociedade, um conjunto de crenças e sentimentos comuns à média dos membros, que forma um sistema determinado de vida própria. Ela revela o *tipo psíquico da sociedade*, que não seria apenas o produto das consciências individuais, mas algo diferente, que se imporia aos indivíduos e perduraria através de gerações. É a forma moral vigente na sociedade. Entre sociedade e indivíduo, entre *consciência coletiva* e *consciência individual* existe um golfo considerável:

“Há, portanto, entre essas duas espécies de representações toda a distância que separa o individual do social, e não se pode mais derivar as segundas das primeiras, assim como não se pode deduzir a sociedade do indivíduo, o todo da parte, o complexo do simples. A sociedade é uma realidade *sui generis*; tem suas características próprias que não são encontradas, ou que não são encontradas sob a mesma forma, no resto do universo. As representações que a exprimem têm, portanto, um conteúdo completamente diferente das representações puramente individuais, e podem estar seguros, de antemão, que as primeiras acrescentam alguma coisa às segundas” (DURKHEIM, 2001, p. 45)

“O conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria; podemos chamá-lo de *consciência coletiva* ou *comum*. Sem dúvida, ela não tem por substrato um órgão único; ela é, por definição, difusa em toda a extensão da sociedade, mas tem, ainda assim, características específicas que fazem dela uma realidade distinta. De fato, ela é independente das condições particulares em que os indivíduos se encontram: eles passam, ela permanece. É a mesma no Norte e no Sul, nas grandes e nas pequenas cidades, nas diferentes profissões. Do mesmo modo, ela não muda a cada geração, mas liga umas às outras as gerações sucessivas. Ela é, pois, bem diferente das consciências particulares, conquanto só seja realizada nos indivíduos. Ela é o tipo psíquico da sociedade, tipo que tem suas propriedades, suas condições de existência, seu modo de desenvolvimento, do mesmo modo que os tipos individuais, muito embora de outra maneira” (DURKHEIM, 1999, p. 50).

A sociedade e a *consciência coletiva* são produtos de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para produzi-las uma multidão de espíritos diversos associaram, misturaram, combinaram suas idéias e seus sentimentos; longas séries de gerações acumularam aí a sua experiência e o seu saber. Ocorre, primeiramente, a *sociogênese*, a gênese do

³Obviamente que nas sociedades modernas o indivíduo encontra maiores possibilidades de se manifestar. A coerção da *consciência coletiva* é mais rígida nas sociedades pré-modernas do que nas modernas.

coletivo, para, somente depois, moldada por esta, processar-se a *psicogênese*, a gênese dos indivíduos. O indivíduo nasce da sociedade, e não a sociedade dos indivíduos. Na colocação de Aron (1990), o primado da sociedade sobre os indivíduos verifica-se em dois sentidos: 1) prioridade histórica das sociedades; 2) prioridade lógica na explicação dos fenômenos sociais.

Nesse caminho, a sociologia analisa a preponderância do todo sobre as partes ou a irredutibilidade do conjunto social à soma dos elementos (RODRIGUES, 2000). Todo fato social tem como causa outro fato social, e nunca um fato da psicologia individual. Durkheim (2007) aponta que, na sociologia o todo é alguma coisa diferente e suas propriedades não são iguais às das partes que as compõem. A sociedade não é a soma de indivíduos, mas o sistema formado pela sua associação representa uma realidade específica, com característica própria.

Ao analisar a “religião mais primitiva e mais simples”, o totemismo australiano, na obra *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, Durkheim (2001) procura compreender a natureza religiosa do homem e a natureza própria da sociedade. O fenômeno religioso, as representações religiosas são representações coletivas que exprimem realidades coletivas. A sociedade tal qual a religião, na conclusão do pensador francês, tem tudo o que é preciso para despertar nos espíritos, unicamente pela ação que ela exerce sobre eles, a sensação do divino; porque ela é para os seus membros o que um deus é para seus fiéis (RODRIGUES, 2000).

A sociedade concreta à qual o homem pertence seria o seu deus. A sociedade aparece como uma espécie de força anônima e impessoal que encontramos em cada um destes seres, sem que se confunda com nenhum deles. Nenhum indivíduo a possui inteiramente, e todos dela participam. A coletividade é de tal forma independente dos sujeitos particulares em que se manifesta, que os precede e sobrevive a eles. Os indivíduos morrem; as gerações passam e são substituídas por outras. Mas a sociedade permanece atual, viva e semelhante a si mesma. Ela alimenta a existência da geração presente como animou a de ontem, e como dará vida à de amanhã.

Durkheim (2001) promove, assim, uma deificação ou divinização do social. Constata que se a realidade do fenômeno religioso não é Deus é preciso que seja o que está situado imediatamente abaixo de Deus, a sociedade. Para este sociólogo só a sociedade é uma realidade sagrada por si mesma. Assim, ao longo da história, sob as formas de totem ou de Deus, os homens nunca adoraram senão a realidade coletiva transfigurada pela fé. “A sociedade é uma máquina de criar deuses, acredita Durkheim” (LUCENA, 2010, p. 301).

O indivíduo encontra-se engessado, tolhido e conduzido pelo social. As sociedades avançam, progridem, graças a suas próprias normas morais e não pela ação dos indivíduos. As ações que aparentemente rompem ou contestam essas normas, como o crime, possuem na verdade a característica de reforçá-las. Assim, um ato criminoso ao chocar a sociedade despertando-lhe repúdio e punição reforça a moral existente. As modificações sociais e políticas deveriam, no seu ponto de vista, ser capitaneadas pelo Estado, um instrumento da moral social. “O dever do homem do Estado, tendo como ferramenta a ciência, é executar o papel de médico: por meio de uma boa higiene, previne a eclosão de doenças, e, quando estas se declaram, procura saná-las” (LUCENA, 2010, p. 300).

A questão da ordem

A obra de Durkheim foi elaborada num período de constantes crises econômicas, de elevado índice de desemprego e miséria entre os trabalhadores, com acirramento das lutas de classes.

Momento em que as teorias socialistas ganhavam terreno, propugnando modificações na propriedade e na redistribuição da riqueza. Diversamente dos socialistas e, mesmo dos liberais, que focalizavam as relações econômicas, o continuador do positivismo comteano, acreditava que a crise de sua época se devia à não substituição das morais tradicionais, baseadas na religião. Acreditava, no parecer de Martins (1994), Giddens (2005), Aron (1990), que a raiz dos problemas de seu tempo não era de natureza econômica, mas sim certa fragilidade da moral em orientar adequadamente o comportamento dos indivíduos. Isso se dava em função do descompasso entre a velocidade com que ocorriam as transformações sócio-econômicas e a relativa lentidão da adequação das idéias morais.

Esta situação de descompasso fazia com que a sociedade industrial mergulhasse num estado de *anomia*, ou seja, experimentasse uma ausência ou fragilidade de regras claramente estabelecidas. *Aanomia* era uma demonstração contundente de que a sociedade se encontrava socialmente doente ou num estado de patologia:

“Mesmo assim, os processos de mudança no mundo moderno são tão rápidos e intensos que originam dificuldades sociais maiores. Eles podem ter efeitos aniquiladores em estilos de vida tradicionais, em crenças morais, religiosos, e em padrões cotidianos sem fornecer novos valores claros. Durkheim ligava essas condições inquietantes à *anomia*, um sentimento de falta de objetivos ou de desespero, provocado pela vida social moderna” (GIDDENS, 2005, p. 35).

Frente ao estado de *anomia*, considera Durkheim que uma sociedade precisa de consenso, de ideias morais capazes de guiar a conduta dos indivíduos. Seria necessário criar novos hábitos e comportamentos no homem moderno, visando ao “bom funcionamento” da sociedade. A nova moral, a ser edificada, deveria ser inspirada no espírito científico. A sociologia, enquanto física social, ciência da sociedade, poderia, através de suas investigações, encontrar soluções nesse sentido. Poderia fundamentar nova ética que aglutinasse os homens e dissipasse as controvérsias baseadas em questões econômicas. Durkheim acreditava que, com base na nova moral científica respaldada na sociologia, se poderia criar relações estáveis e duradouras entre os homens.

A função da sociologia, nessa perspectiva, seria a de detectar e buscar soluções para os problemas sociais, restaurando a normalidade e se convertendo dessa forma numa técnica de controle social e de manutenção do poder vigente. Uma vez estabilizados os valores e normas reguladores da sociedade moderna seu progresso seria inevitável. Durkheim, diversamente de Comte, não possuía uma visão otimista da sociedade industrial. A obra *O Suicídio*, abordada posteriormente, aparece em Durkheim, segundo Aron (1990) e Lucena (2010), como prova maior de que a felicidade não aumenta com o progresso.

Contrapondo-se à tese de Marx (1985) de que a divisão social do trabalho promove o embrutecimento e a alienação das camadas operárias, Durkheim (1999) asseverou que a mesma é uma das bases fundamentais da ordem social, é um ditame natural. A divisão social do trabalho é por ele interpretada como condição necessária do desenvolvimento intelectual e material das sociedades, é a fonte da civilização, por aumentar a força produtiva e a habilidade do trabalhador.

A seus olhos a divisão social do trabalho não aparecia como fator gerador de conflitos, mas acarretava um sensível aumento da solidariedade entre os homens. De acordo com ele, cada membro da sociedade, tendo uma atividade profissional especializada, passava a depender cada vez mais do outro. O efeito mais importante da divisão do trabalho não era o seu aspecto econômico, o aumento

da produção, mas sim o fato de que ela tornava possível a união e a solidariedade entre os homens: “Somos levados, assim, a considerar a divisão do trabalho sob novo aspecto. Nesse caso, de fato, os serviços econômicos que ela pode prestar são pouca coisa em comparação com o efeito moral que ela produz, e sua verdadeira função é criar entre duas ou várias pessoas um sentimento de solidariedade” (DURKHEIM, 1999, p. 21)

Refuta a crítica à divisão social do trabalho, mostrando que esta mesma divisão cumpre salutar papel moral: a divisão do trabalho é a fonte, se não única, pelo menos principal, da solidariedade social. E o estudo da solidariedade pertence ao domínio da sociologia. Nesse ponto ele distingue a *solidariedade orgânica* da *solidariedade mecânica*:

1. *Solidariedade mecânica*: é a solidariedade por semelhança, numa situação em que os homens ainda não se diferenciaram. Predominou nas sociedades pré-capitalistas, onde os indivíduos se identificavam por meio da família, da religião, da tradição e dos costumes, permanecendo autônomos em relação à divisão do trabalho.

2. *Solidariedade orgânica*: típica das sociedades capitalistas, onde, pela acelerada divisão do trabalho social, os indivíduos se tornam interdependentes. Essa vinculação garante a união no lugar dos costumes, da religião, das tradições. O consenso (unidade coerente da coletividade) resulta de uma diferenciação:

“A solidariedade produzida pela divisão do trabalho é totalmente diferente. Enquanto a precedente implica que os indivíduos se pareçam, esta supõe que eles se diferem um dos outros. A primeira só é possível na medida em que a personalidade individual seja absorvida pela personalidade coletiva; a segunda só é possível se cada um tiver uma esfera própria de ação e, conseqüentemente, uma personalidade. É preciso, pois, que a consciência coletiva deixe descoberta uma parte da consciência individual, para que se estabeleçam essas funções especiais que ela não pode regulamentar; além disso, esta região é extensa, mas a coesão que resulta desta solidariedade é mais forte” (RODRIGUES, 2000, p. 83).

O suicídio como fenômeno sociológico

Conforme supracitado, a leitura durkheimiana da realidade foi elaborada num período de mudanças rápidas e intensas que originaram dificuldades sociais e morais. Momento em que os valores tradicionais de comportamento foram solapados sem a conseqüente substituição por novos parâmetros. Um estado de *anomia*, um sentimento de falta de objetivos, de desespero, de angústia. Período de ondas suicidógenas, de anormalidade. No parecer sociológico em pauta, quadro social patológico produz perturbações.

Na percepção do autor, os atos individuais são determinados pela coletividade de tal modo que o suicídio seria um aspecto doentio da sociedade: quando o indivíduo se sente só e desesperado, a ponto de se matar, é ainda a sociedade que se manifesta nele e, mais do que os distúrbios psicológicos, o conduz a esse ato. O suicídio é definido como toda ação letal provocada direta ou indiretamente, por um ato negativo ou positivo, realizada pessoalmente pelo agente consciente do resultado da ação. O suicídio é, portanto, um fenômeno individual, cujas causas são essencialmente sociais. Não obstante desmereça a psicologia, Durkheim reconhece que o indivíduo que se suicida já estava, pela sua constituição psicológica, predisposto a tal desfecho. Mas a primazia explicativa é conferida ao social e não ao individual.

Durkheim (2000) estabelece uma tipologia dos atos suicidas: a) *egoísta*; b) *altruísta*; c) *anômico*. O suicídio *egoísta* é analisado através da correlação entre taxa de suicídio e contextos sociais integradores, como grupos valorizadores da religião e da família (casamento e prole). Nesses ambientes, alguns vetores funcionam como coeficientes de preservação da vida ou de agravamento da tendência suicida: idade, sexo, estado civil e crença religiosa. Os indivíduos são mais inclinados ao suicídio quando seus desejos e suas aspirações não são contemplados pelas perspectivas do grupo, principalmente dado o fato de integração tênue ou deficiente. A autoridade do grupo não se faz sentir de modo vigoroso e o indivíduo sobressai. Diversamente, o suicídio *altruísta* ocorre pela completa dissolução do indivíduo no grupo. Os imperativos sociais mostram-se implacáveis: o sujeito sequer faz valer seu direito à vida, ou entende a vida pelo prisma do melhor para o coletivo. Os três monoteísmos (judaísmo, cristianismo e islamismo), em algumas de suas versões extremistas, são férteis em exemplar a total assimilação dos desejos do indivíduo pelos anseios do coletivo, justificando ações suicidas na crença de elevar a dignidade individual em prol do avanço ou fortalecimento da religião (ARON, 1990).

A morbidez da rápida transformação social do século XIX apresentou, no parecer do pesquisador, um tipo predominante de suicídio: o *anômico*. As incertezas e instabilidades da modernidade alavancam correntes suicidógenas: o que prevalece é o vínculo entre desintegração social e debilidade dos laços que prendem o indivíduo ao grupo. Com o esboroamento dos costumes que até então ordenavam a vida social e a insuficiente consolidação de novos valores ordenadores (*anomia*), os sujeitos tomam consciência da desproporção entre as aspirações idiossincráticas e as satisfações sinalizadas pela sociedade desordenada. O desgosto resultante deste desequilíbrio conduz ao ato de privação da própria existência (RODRIGUES, 2000).

Educação e Sociologia

Nas considerações de Borges (1997), Durkheim foi, também, “pedagogo e teórico da educação e da moral”. Na assertiva de Lucena (2010, p. 301), “as discussões sobre a educação são parte importante da obra de Durkheim”. As reflexões educacionais durkheimianas inserem-se no bojo mais amplo de sua produção intelectual, esboçada no corpo deste material. Na obra *Educação e Sociologia*. Durkheim (1975) aplica a mesma metodologia consolidada nas outras obras de sua verve: apresenta, no ponto de partida, uma definição do fenômeno. Num segundo momento, a refutação das interpretações anteriores. No final, uma explicação propriamente sociológica do fenômeno considerado⁴.

A percepção inicial aponta que a palavra educação “tem sido muitas vezes empregada em sentido demasiadamente amplo”. Enceta o combate às interpretações anteriores, dialogando com Kant e com Stuart Mill. Kant postula que o fim da educação consiste em desenvolver em cada indivíduo toda a perfeição de que ele seja capaz, alcançando a harmonia entre as potencialidades. Durkheim demonstra que essa perfeição não é integralmente realizável na prática, dadas a especialização, a diversidade e a necessidade de competências diferentes entre os indivíduos. Por seu lado, Stuart Mill assevera que a finalidade da educação consiste em fazer do indivíduo um instrumento

⁴Esta sequência estrutura, na avaliação de Aron (1990), as outras três grandes obras do pensador: *As Formas Elementares da Vida Religiosa*; *A Divisão Social do Trabalho*; *O Suicídio*.

da felicidade para si e para a coletividade. O que, também, mostra-se insatisfatória porque a felicidade é coisa essencialmente subjetiva.

Refutadas as teorias precedentes, Durkheim procede à definição sociológica de educação:

“A educação é a ação exercida, pelas gerações adultas, sobre as gerações que não se encontram ainda preparadas para a vida social; tem por objeto suscitar e desenvolver, na criança, certo número de estados físicos, intelectuais e morais exigidos pela sociedade política quanto pelo meio específico ao qual a criança está destinada em particular” (DURKHEIM, 1975, p. 39).

A educação, no ponto de vista do pensador francês, consiste na socialização metódica das novas gerações. A finalidade do processo educacional é constituir o ser social em cada um dos indivíduos. A criança, vivente do reino da natureza, submetida ao domínio das paixões que as torna impotentes à contenção, acaba sendo moldada, disciplinada, lapidada pela disciplina e ensinamentos dos adultos, responsáveis por cortar a curiosidade, mobilidade, vivacidade e imaginação das mesmas.

A educação agrega “ao ser natural e egoísta, que acaba de nascer, uma natureza capaz de vida moral e social” (DURKHEIM, 1975, p. 39)⁵. A educação, enquanto processo social, como ação que os adultos exercem sobre as crianças e os adolescentes, socializa e humaniza o humano. O homem se constitui como humano em decorrência de sua vivência social:

“É a sociedade que nos lança fora de nós mesmos, que nos obriga a considerar outros interesses que não os nossos, que nos ensina a dominar as paixões, os instintos, e dar-lhes lei, ensinando-nos o sacrifício, a privação, a subordinação dos nossos fins individuais a outros mais elevados. Todo o sistema de representação que mantém em nós a ideia e o sentimento da lei, da disciplina interna ou externa, é instituído pela sociedade” (DURKHEIM, 1975, p. 41).

Como processo social, a educação tem variado infinitamente com o tempo e com a organização societária⁶. Nessa perspectiva, apresenta-se contestável o postulado de uma educação ideal. Cada sistema educacional, em harmonia com os demais *atos sociais* (religião, política, economia, direito, poder político ou militar, etc.), busca contemplar a construção e reprodução de uma *moral ou consciência coletiva*, condição essencial para a existência da solidariedade na sociedade: certos sentimentos, certas maneiras de conceber o mundo e a vida em comum, a serem inculcadas em todas as crianças, indistintamente, seja qual for a categoria social a que pertençam.

A sociedade busca (re)produzir nas novas gerações os valores e ideais que a conformam. Toda sociedade faz do homem certo ideal,

⁵ Ele envereda pela tradicional oposição entre animal x humano, ou natureza x cultura, tão presente nos primórdios da Antropologia (PRADO, 2015).

⁶Em cada sociedade ou comunidade a educação tem suas manifestações específicas, porque tem objetivos específicos. Não poderíamos esperar que os objetivos da educação numa sociedade tribal fossem os mesmos que os objetivos da educação na sociedade industrializada e técnica. De que adiantaria ao guerreiro indígena aprender a desmontar e montar um computador se as habilidades necessárias à sua sobrevivência são referentes às artes de caçar, pescar e plantar? Ou qual seria a finalidade efetiva do conhecimento, pelo homem urbano, da confecção de arcos e flechas se ele vive numa selva de concreto e necessita dominar a tecnologia moderna para sobreviver?(BRANDÃO, 2007; MANACORDA, 2006).

“(…) tanto do ponto de vista intelectual, quanto do físico e moral; que esse ideal é, até certo ponto, o mesmo para todos os cidadãos; que a partir desse ponto ele se diferencia, porém, segundo os meios particulares que toda sociedade encerra em sua complexidade. Esse ideal, ao mesmo tempo, uno e diverso, é que constitui a parte básica da educação. Ele tem por função suscitar na criança: 1) um certo número de estados físicos e mentais, que a sociedade, a que pertença, considera como indispensáveis a todos os seus membros; 2) certos estados físicos e mentais, que o grupo particular (casta, classe, família, profissão) considera igualmente indispensáveis a todos que o formam. A sociedade, em seu conjunto, e cada meio social, em particular, é que determina este ideal a ser realizado.”

“A sociedade não poderia existir sem que houvesse em seus membros certa homogeneidade: a educação perpetua e reforça essa homogeneidade, fixando de antemão na alma da criança certas semelhanças essenciais, reclamadas pela vida coletiva” (DURKHEIM, 1975, p. 38).

Não obstante a consolidação de uma base valorativa comum, a educação em sintonia com as mudanças históricas, sociais e econômicas, promove e reproduz a especialização – diferenciação entre homens de espírito e homens de ação. É importante, na ótica durkheiminiana, que assim o seja, pois, nem todos os homens são feitos para refletir; será preciso que sempre haja homens de sensibilidade e homens de ação.

A ação exercida pela educação não amesquinha o indivíduo, ao contrário, o eleva, o engrandece, torna-o criatura verdadeiramente humana: “Desejando melhorar a sociedade, o indivíduo melhora a si mesmo” (DURKHEIM, 1975, p. 303).

Durkheim aponta que a observação histórica se apresenta indispensável para determinar a coisa a que damos o nome de educação. Possibilita desvendar as características comuns, invariantes, dos inúmeros sistemas educacionais e alcançar a definição de educação. O autor salienta a função, os deveres e direitos do Estado em matéria de educação. A educação não pode ser abandonada ao arbítrio dos particulares sob o risco de pulverização, fragmentação. “A intervenção vigilante do Estado é posta como necessária para garantir uma ação pedagógica num sentido social” (BORGES, 1997, p. 301): “Admitido que a educação seja função essencialmente social, não pode o Estado desinteressar-se dela. Ao contrário, tudo o que seja educação, deve estar, até certo ponto, submetido à sua influência” (DURKHEIM, 1975, p. 43)

Salutar diferenciação é apresentada entre Educação e Pedagogia:

“Educação é ação exercida, perante as crianças, pelos pais e mestres. É permanente, de todos os instantes, geral. Não há período na vida social, não há mesmo, por assim dizer, momento no dia em que as novas gerações não estejam em contato com seus maiores e, em que, por conseguinte, não recebam deles influência educativa.”

“Coisa diversa é a pedagogia. Ela não consiste em ações, mas em teorias. Essas teorias são maneiras de conceber a educação, não são maneiras de praticá-la. (...). A educação não é, portanto, senão a matéria da pedagogia; e esta consiste num certo modo de refletir a respeito das coisas da educação” (DURKHEIM, 1975, p. 57).

A Pedagogia reflete sobre os sistemas de educação (na ótica de Durkheim, não os estuda cientificamente) para fornecer ao educador, ideias que possam de alguma forma dirigi-lo. Com o apoio

da Sociologia, a Pedagogia diminui a disparidade da defasagem entre sistemas escolares e necessidades atuais, restabelecendo a harmonia entre ambos, conformando “um auxiliar constante e indispensável da educação” (FERRARO, 2016).

Em relação à Pedagogia, a Sociologia contribui com o entendimento da própria natureza social \ sociológica das instituições pedagógicas – percebendo tudo o que se passa no microcosmo social que é a escola. “Enquanto a Psicologia contribui com a Pedagogia em um nível que é o da subjetividade singular, a Sociologia contribui para o entendimento da dimensão coletiva” (FERRARO, 2016, p. 130, 131). A Sociologia, no parecer de Borges (1997), em sua leitura da obra durkheimiana, desempenha papel preponderante na determinação dos fins da educação e da moral.

No papel de pedagogo e teórico da educação e da moral. Durkheim pontua o problema da educação moral em sua época, momento em que a situação de crise favorece a discussão do sistema pedagógico tradicional, então imperante, e sua substituição por modelo pedagógico puramente racionalista, com primado da moral laica. Efetua a defesa da escola pública, responsável por inculcar o desenvolvimento moral na criança: educação moral laica inteiramente racional \ científica.

Borges (1997, p. 303) indica que o pensador francês desenvolve aspectos “fundamentais e bem atuais em nossa atual prática escolar, como: disciplina e psicologia da criança, disciplina escolar, penalidade escolar, recompensas, altruísmo infantil, influências do meio escolar, ensino das ciências e cultura estética, etc.”.

Considerações finais

Com base na exposição apresentada, conclui-se que as profundas transformações dos séculos XVIII e XIX favoreceram o desenvolvimento da sociologia enquanto ciência, com objeto definido, a sociedade, e metodologia especificada. De domínio diverso das ciências físicas e naturais, a sociologia encara os *atos sociais* como coisas. Caudatário de tradição positivista, Durkheim abandona o relativo misticismo do precursor Augusto Comte e envida esforços na sistematização da nova ciência.

A primeira regra, a mais fundamental de seu método, consiste em *considerar os atos sociais como coisas*, enveredando, no estudo da relação entre sociedade e indivíduo, pelo primado da primeira sobre o segundo. A sociedade aparece como uma força anônima e impessoal que exerce um império sobre as consciências em função de sua supremacia física e de sua autoridade moral. A sociedade dita o comportamento em vida e determina as motivações para privar-se da própria vida, para suicidar-se. A sociedade, para Durkheim, mostra-se uma realidade sagrada por si mesma.

Nesta perspectiva, ganha vulto sua análise sobre o processo educacional. Ele analisa a educação no bojo de seu amplo sistema teórico. A totalidade social é encarada numa perspectiva funcionalista, organicista. Cada aparelho ou sistema social (moral, leis, estado, religião, família, educação, etc.) cumpre determinado papel na manutenção da ordem. Durkheim analisa a educação neste sentido: como elemento integrador do indivíduo à sociedade. Ela cumpre a função social de evitar a contradição existente entre os interesses pessoais e os sociais.

A educação é um processo social, neste sentido, o processo de educar não é o mesmo em todas as sociedades e grupos sociais. A educação deve ser considerada dentro da estrutura do grupo e dos seus objetivos. A educação perpetua e reforça na criança, pela ação da geração adulta, um modo de ser que é essencial para a vida coletiva. Ela se mostra una e múltipla. É una no sentido de reproduzir a *consciência coletiva*, de inculcar no indivíduo ideias que fazem parte do meio social, que consolidam o

modelo ideal de homem prezado pelo coletivo. É múltipla na perspectiva de enveredar pela diversidade de especialização de conhecimentos, pela multiplicidade de formações profissionais.

A educação, de todos os momentos e relações entre gerações diferentes, uma adulta e outra neófito, cumpre, na perspectiva durkheiminiana, o papel de socialização, de humanização do homem, de retirar o indivíduo do reino da natureza e elevá-lo ao reino da sociedade \ cultura. Recai sobre o Estado a incumbência pela elaboração e coordenação do sistema educacional, encetando a capilaridade do ensino e evitando a pulverização pelos particulares (de acordo com propósitos desvinculados dos valores coletivos). A escola, instituição e espaço\tempo específico do ensino formal na sociedade moderna e industrializada, imprime, nos indivíduos, valores sociais e morais referendados pela consciência coletiva, pela *psiquê* social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARON, Raymond. As Etapas do Pensamento Sociológico. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1990.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BORGES, Vera Lúcia Abrão. Revista Educação e Filosofia, 11 (21 e 22), 299-303, jan\jun e jul\dez. 1997.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.
- COMTE, Augusto. Discurso sobre o espírito positivo: ordem e progresso. São Paulo: Folha de São Paulo, 2021.
- _____. O espírito positivo. Porto \ Portugal: RÉS Editora, s\d.
- DURKHEIM, Émile. As Regras do Método Sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. As Formas Elementares da Vida Religiosa. São Paulo: Editora Paulus, 2001.
- _____. O Suicídio. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- _____. Da Divisão Social do Trabalho. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- _____. Educação e Sociologia. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1975.
- FERRARO, José Luís Schifino. Durkheim, educação e sociologia. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 7, n.1, p. 124-131, jan-jun, 2016
- FREUND, Julien. Sociologia de Max Weber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- GIDDENS, Anthony. Sociologia. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- LUCENA, Carlos. O Pensamento Educacional de Émile Durkheim. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 40, p. 295-305, dez. 2010 – ISSN: 1676-2584
- MANACORDA, Mario Alighiero. História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias. 13ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.
- MARTINS, Carlos Benedito. O que é Sociologia. 38 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- PRADO, Ediano Dionísio do. Introdução à Antropologia: cultura como discussão principal. Revista Científica Faculdades do Saber, v. 02, p. 379-397, 2015.
- RODRIGUES, José Alberto. Émile Durkheim. 9ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.